



## A Posição de Carneiro Leão sobre o Ensino Superior

Josie Agatha Parrilha da Silva  
Maria Cristina Gomes Machado  
Universidade Estadual de Maringá

### Resumo

Este trabalho aborda o debate sobre a organização do ensino superior, no início do século XX, tomando-se por base as propostas educacionais de Carneiro Leão (1887-1966). Delimitou-se esse período por ser anterior à criação da Universidade de São Paulo em 1934. Utilizaram-se três livros e uma conferência de sua autoria como fonte primária. Nestes, destacou-se que ao tratar sobre o ensino superior, Carneiro Leão não o fazia isolado dos outros níveis educacionais, mas como parte integrante do sistema nacional de ensino. A sua posição em relação ao ensino superior defendia a necessidade de criação de uma instituição diferenciada do modelo adotado na Universidade do Rio de Janeiro em 1920.

Palavras-chave: Pensamento Pedagógico de Carneiro Leão, Instituições Educacionais, Ensino Superior

### Abstract

Current research analyzes the debate on the organization of higher education proposed by Carneiro Leão (1887-1988) at the beginning of the 20<sup>th</sup> century. Whereas research period has been limited up to the establishment of the University of São Paulo in 1934, the primary source consisted of three books written by Carneiro Leão. The author dealt with University education within the context of the national education system and without discarding the other learning levels. His stand on higher education was in favor of the need for the establishment of an institution different from the scheme appropriated by the University of Rio de Janeiro in 1920.

Keywords: Carneiro Leão's Pedagogical Thought, Educational Institutions, Higher Education



## Introdução

A discussão do modelo universitário implantado no Brasil, no início do século XX, vem a ser o objeto de estudo desta pesquisa. Esta se fará mediante o debate realizado por Carneiro Leão (1887-1966), destacado intelectual, que se envolveu com diversas questões relativas à educação brasileira. Ele criticou o modelo de ensino superior adotado e valorizado no Brasil, pois, considerava que o país precisava, naquele momento, de pessoas com formações diferenciadas, que contribuíssem para a nova sociedade que se formava ou que se pretendia formar. As suas opiniões acerca do ensino superior e da universidade não estavam isoladas dos outros níveis de ensino, faziam parte de uma proposta educacional mais ampla para todo o país que enfatizava a necessidade da educação popular e da organização de um sistema nacional de ensino. Defendia que a educação deveria basear-se em novos moldes, numa educação integral e voltada às profissões práticas. Para entender a proposta do autor, faz-se necessário compreender as questões sociais, políticas e econômicas do Brasil nesse período, portanto sua proposta não deve ser analisada desvinculada do contexto em que foi produzida.

Com base na discussão de Carneiro Leão, busca-se entender o modelo universitário adotado no Brasil, bem como sua proposta em relação ao conteúdo e organização de seu ensino, ou seja, a proposta de um novo modelo de ensino universitário. Serão utilizados os livros *O Brasil e a Educação Popular* (1917), *Problemas de Educação* (1919), *Os deveres das novas Gerações Brasileiras* (1923) e a conferência proferida por ele em Curitiba: *Pela educação rural* (1918). Delimitou-se como período de estudo as primeiras décadas do século XX, até a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, por ter sido esta organizada de maneira diferente da criticada por Leão e por acreditar que ela correspondia ao modelo por ele visualizado.

Acredita-se que o debate em que se insere o autor em estudo, ao se referir à organização do ensino superior, contribuiu para a discussão sobre a necessidade de criação, no Brasil, de universidades que se diferenciassem do modelo adotado na Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920. E que, ao entender o processo de organização das universidades no início do século XX, permite-se uma compreensão diferenciada das dificuldades enfrentadas, na atualidade, por esta instituição.



## Do ensino superior à universidade

Para o entendimento da criação das universidades brasileiras no início do século XX, elaborou-se um breve histórico das suas primeiras propostas de organização. Necessário se faz ressaltar também, que ensino superior não é sinônimo de ensino universitário<sup>1</sup> e que quase três séculos distanciaram estas duas instituições no Brasil: o ensino superior data do século XVII e a universidade do século XX. Enquanto um modelo de universidade passava a ser proposto, o ensino superior já estava definido e começava a ser questionado. Azevedo (1996) destacou que, até a década de 1910, o ensino superior era voltado à formação profissional, com ênfase nas carreiras de médico, advogado e engenheiro, destinado à elite. Este ensino tinha um determinado modelo, que foi sendo elaborado a partir da primeira instituição de nível superior, e que, no período republicano, alcançou destaque, apesar de ter início ao questionamento de sua validade. A seguir, apresenta-se o panorama político, econômico e social desse período para entender como se deu a organização das primeiras universidades brasileiras.

144 O Brasil, no início do século XX, permanecia no regime republicano iniciado em 1889, marcado pela descentralização do poder, pelo caráter oligárquico e, pela legislação da Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891 (NAGLE, 1976). No plano econômico, havia a predominância do sistema agrário, sendo o café o produto de maior destaque, não obstante surgissem as primeiras indústrias e ocorresse o crescimento urbano. O país ampliava o processo de produção capitalista, ligado diretamente à economia mundial, a qual será abordada para a compreensão deste processo.

Observou-se, no desenvolvimento do capitalismo europeu, a substituição da livre concorrência pelos monopólios, marcando uma nova fase do capitalismo, o Imperialismo<sup>2</sup>. E, com estas alterações no modelo econômico, foram surgindo contradições, que se caracterizavam pelo monopólio de pequenos grupos e excesso de produção de um lado, e pela falta de trabalho e miséria de outro, acirrando a crise capital versus trabalho. Com a expansão do Imperialismo houve necessidade da partilha de novas colônias entre as maiores potências capitalistas (LÊNIN, 1987). No entanto, esta partilha do mundo não se deu de forma pacífica, organizaram-se, de um lado, França, Inglaterra e Rússia e, de outro, Alemanha e o Império Austro-Húngaro, os quais, ao entrarem em choque, provocaram a Primeira



Guerra Mundial (1914-1918) (LEMME, 1984). É importante destacar que a guerra, pelas suas proporções mundiais, alterou, visivelmente, as questões políticas e econômicas do mundo como um todo, criando condições de um novo modelo<sup>3</sup> de oposição ao capitalismo, o socialismo.

O desenvolvimento capitalista se mantém no Brasil após a guerra, mesmo que em proporções diferentes das vivenciadas na Europa. Com a crescente industrialização e urbanização, ocorreram diversas transformações, entre elas: a valorização do trabalho assalariado, o aumento da população urbana, o crescimento das cidades, a intensificação do processo imigratório, a divisão do trabalho e a formação de novas camadas sociais. É possível destacar que as novas relações e divisões do trabalho tornaram a sociedade mais complexa, contribuindo para a diversificação das profissões e a ampliação das classes sociais. De um lado, vai surgindo, de maneira desarticulada, a classe média, formada por diversos ramos profissionais, de outro, vai se articulando a classe operária<sup>4</sup>.

A partir da década de 1920, o Brasil passou a sentir, mais intensamente, a crise capitalista, provocando movimentos políticos, sociais, correntes ideológicas e culturais. Destacaram-se entre estes, os movimentos: sindicalista, nacionalista, católico. Por outro lado, a burguesia se pauta em novos pensamentos, bem como busca explicar e solucionar essa crise. Enfatiza-se a idéia de que a educação poderia contribuir para civilizar e modernizar a sociedade, na medida em que contribuísse para formar a mão-de-obra nacional especializada. São propostos novos métodos e técnicas visando garantir qualidade à educação escolar, com ênfase na profissionalização por meio do ensino técnico (NAGLE, 1976).

As reformas de ensino na Europa - Inglaterra, Alemanha e França - somadas às transformações políticas e econômicas que aconteciam no Brasil, criaram condições para a fermentação de novas idéias, as quais culminaram com o movimento reformador da cultura e da educação no país. Em conseqüência, a década de 1920 foi marcada pelo entusiasmo de educadores e por reformas estaduais que buscavam atender ao novo sistema econômico e à demanda social, com ênfase na reestruturação do ensino. Em atendimento, ainda, à política estadualista e à descentralização do ensino, diversas reformas<sup>5</sup> foram implementadas na década de vinte, em nível estadual, e tiveram um caráter individualista, na medida em que agrupavam idéias de um único ou de um pequeno grupo de educadores (NISKIER, 1996).



Valendo-se desta contextualização, fica mais fácil entender o ensino superior brasileiro. Sendo importante destacar que, desde a Proclamação da República, colocou-se a necessidade de um ensino diferenciado que contribuísse para a sustentação política do novo governo. Tal ensino prepararia profissionais para ocupar os novos cargos burocráticos. Destaca-se que a maioria dos cursos superiores foi criada durante o Império, visando atender aos filhos da aristocracia colonial que não podiam freqüentar as universidades européias devido ao bloqueio continental imposto por Napoleão. Esses cursos eram, em sua maioria, isolados uns dos outros e de natureza profissionalizante, baseados no ensino literário e clássico, que formavam o advogado, o médico e o engenheiro. No regime republicano, além de mantidos os cursos superiores existentes, ampliou-se o número destes. No Rio de Janeiro, foram criados dois cursos de Direito, bem como em Minas Gerais, Fortaleza, Pará, Manaus e Porto Alegre. Em São Paulo, foram fundadas a Escola Politécnica de Engenharia, a Escola de Engenharia Mackenzie e a Escola de Medicina. Já em Piracicaba, fundou-se a Escola Superior de Agricultura. Essas novas instituições mantinham o modelo adotado no período imperial.

146

Foi nesse período de ampliação do número das instituições de ensino superior que se organizou a primeira universidade brasileira, apesar de terem ocorrido diversas tentativas para sua implantação desde o período colonial. Foi dos jesuítas a primeira tentativa de organizar a universidade no século XVI, para a qual receberam a recusa de Portugal. Depois dessa investida, os jesuítas influenciaram a Câmara Municipal de Salvador que, em 1663, repetiu o pedido, recebendo nova recusa (WANDERLEI, 1982). Em 1789, durante a Inconfidência Mineira, reaparece um projeto de criação de universidade, mas que também não foi levado adiante. Paviani (1984) acredita que Portugal não tinha interesse em organizar as universidades no Brasil, pois queria manter sua dependência que passava pela dependência da inteligência e da cultura brasileira, além da política.

No Brasil Império, foram sugeridos 42 projetos com a finalidade de criação das universidades, contudo, nenhum obteve sucesso. A primeira proposta foi a de José Feliciano Fernandes Pinheiro, para a Assembléia Constituinte, em 1823. Nesse mesmo ano, houve a apresentação de um projeto pela Comissão de Instrução. Em 1842, mais duas propostas foram apresentadas, uma elaborada pelo Conselho do Estado e outra pelo Senador Manoel Nascimento Castro e Silva. O Ministro Paulino José Soares de Sousa,



em 1870, elaborou outro projeto pedindo a criação da universidade. Dez anos depois, José Antonio Saraiva, Ministro da Fazenda, entre outros cargos políticos, passou a lutar por este objetivo. Têm-se, ainda, os projetos de Homem de Melo, em 1881, e de Antonio Joaquim Ribas, em 1883. Em 1889, o próprio Imperador D. Pedro II defendeu a criação de uma universidade no Brasil (WANDERLEY, 1982).

Intensificaram-se, no regime republicano, novas propostas para a organização das universidades, porém acabaram sem se realizarem na prática. Em 1892 foi feita a proposta de criação de três universidades, pelo deputado Pedro Américo. Em 1903 propôs-se a criação de quatro instituições, pelo professor Azevedo Sodré. Gastão Cunha, em 1909, elaborou um projeto que apresentava como função da universidade: "ministrar a instrução secundária e superior por intermédio de suas Faculdades, tendo em mira dar ao ensino um cunho eminentemente prático e profissional" (PAVIANI, 1984, p. 67). No mesmo ano, 1909, foi organizada a primeira universidade brasileira, em Manaus, criada com o apogeu do ciclo da borracha e extinta com sua decadência, em 1926.

Entre os anos de 1910 e 1911, houve uma ampla reforma no ensino secundário e superior no país. Rivadávia Correia redigiu a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, que se tornou o Decreto nº 8.659, em 5 de abril de 1911. Através desta lei, abriu-se espaço para a organização de escolas superiores independentes do Governo Federal e foi criado o Conselho Superior de Ensino<sup>6</sup>. No mesmo ano do Decreto, foi constituída a Universidade de São Paulo, com base em uma sociedade de profissionais de nível superior, ou seja, uma sociedade civil. Tinha o objetivo de proporcionar o ensino nos diversos níveis, desde o primário. Teve um rápido crescimento e, em 1916, contou com a união da Academia de Ciências de São Paulo e a Associação Beneficente Universitária, transformando-se na Associação União Universitária (CUNHA, 1980). Em 19 de dezembro de 1912, foi fundada a Universidade do Paraná. Funcionou, inicialmente, como instituição particular e ofertava os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia, Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia.

Observa-se que o ensino superior, até então, exclusivamente organizado pelo Governo Federal, passou a dividir espaço com o governo estadual e com as instituições particulares. Essa rápida ampliação de cursos



superiores afetou, qualitativamente, o ensino, sendo que os cursos superiores profissionalizantes sofreram alterações e "tenderam a ser escolas gerais de cultura jurídica e social (as de direito), de cultura biológica e médica geral (as de medicina), de cultura matemática, física e de engenharia politécnica (as de engenharia)" (TEIXEIRA, [1970], p. 2).

Em 1915, Carlos Maximiliano, Ministro da Justiça e do Interior, promulgou o Decreto n.º 11.530, onde "[...] foram colocadas barreiras à multiplicação das escolas que postulavam equiparação. Essa possibilidade seria negada às que funcionassem em cidades de menos de 100 mil habitantes, a não ser no caso de serem capitais de estados de mais de um milhão de habitantes" (CUNHA, 1980, p. 168). O Decreto demonstra a tentativa de restringir a organização de universidades nos estados e sugere, ainda, ao Governo Federal, "reunir em universidades, no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma das escolas de direito" (CUNHA, 1980, p. 189).

148 Após o Decreto, as universidades que haviam sido criadas não foram aceitas oficialmente por não possuírem o número de habitantes estipulado para sua oficialização. A Universidade do Paraná deixou de existir em 1915, mas os três estabelecimentos: Faculdade de Direito, Medicina e a Escola de Engenharia continuaram em funcionamento. A de Manaus permaneceu por mais tempo, mesmo sem o reconhecimento de seus cursos e, após sua extinção, também deu origem a cursos superiores. Cunha (1980, p. 184) destaca que após a extinção da Universidade de São Paulo, "[...] ao contrário das demais universidades passageiras, dela não restou uma só escola superior que servisse de núcleo de outra universidade futura." Ele afirma que a extinção dessas universidades demonstra a importância que se dava ao diploma, buscado mais pelo *status* do que pela formação que proporcionava. Da mesma forma que houve grande mobilização pela organização do ensino superior nos estados, ocorreu o mesmo em relação ao ensino primário e secundário, por meio das reformas de ensino, tornando a década de 1920 conhecida por suas reformas estaduais.

Em 7 de setembro de 1920, foi fundada a primeira universidade brasileira oficial pelo Decreto n.º 14.343. A universidade do Rio de Janeiro se instituiu a partir de três faculdades, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e tinha um caráter visivelmente profissionalizante. Essa universidade tornou-se modelo



para o país, caracterizada pela reunião de cursos isolados e não ligados por mecanismos administrativos e acadêmicos, sendo os cursos unidos pela Reitoria e pelo Conselho Universitário. Entre as críticas que feitas à Universidade do Rio de Janeiro estava a de que teria sido criada apenas para proporcionar o título<sup>7</sup> de *doctor Honoris Causa* ao Rei Alberto I.

Em 1924, houve nova tentativa, por parte do governo, de reorganizar o ensino superior e secundário, resultando na Reforma Rocha Vaz. Abrangia desde o ensino primário até o ensino superior, aprovada pelo Decreto n.º 16.782-A, em 13 de janeiro de 1925. O art. 260 permitia a criação de outras universidades em determinados estados, mas seria necessário um acordo com o governo destes. De acordo com Cunha

Esta reforma objetivou o reforço do controle do Estado, particularmente do governo federal, sobre o aparelho escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais que vieram desembocar na revolução que pôs fim ao Regime, em 1930 (CUNHA, 1980, p. 170).

A tentativa de controle do governo que, visivelmente, queria conter o acesso ao ensino superior, ainda pode ser observada na criação do Departamento Nacional do Ensino em substituição do Conselho Superior de Ensino. Todavia foi apenas pelo Decreto n.º 5617, de 28 de dezembro de 1928, que se regulou a criação de universidades nos estados, como reescreveu Niskier (1996, p. 239), no art. 1º: "As universidades que se criarem nos estados, com personalidade jurídica e que satisfizerem os requisitos constantes do art. 2º, terão administração econômica e didática com perfeita autonomia e os diplomas que expedirem reconhecidos pela União." As universidades a serem criadas, a partir de então, teriam autonomia administrativa, econômica e didática.

Os dois últimos Decretos demonstram a preocupação com as questões políticas e sociais, visto que, no final da década de 1920, diversos países, em especial os países europeus, atravessavam uma grande crise econômica, que provocou a quebra da bolsa de Nova Iorque. Esse quadro econômico contribuiu para mudanças políticas no Brasil. Desfez-se a aliança entre Minas e São Paulo, surgiram novos partidos de oposição ao governo e fortaleceu-se a aliança entre os grupos industrial e militar (NAGLE, 1976). Todo este conflito econômico, político, social e ideológico colaborou para que os militares assumissem o poder, derrubando Washington Luís.



Em 1930, Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório, dando início à República Nova<sup>8</sup> ou *Era Vargas*. Através do Decreto n.º 19.402, foi criado o Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública. Demonstrando preocupação com o ensino, o novo governo realizou a Reforma Francisco Campos. O ensino superior mereceu o Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931. Entre seus artigos, encontra-se o que pôs fim à discussão da criação de novas universidades no país: "As universidades poderão ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais, estaduais e livres" (NISKIER, 1996, p.250). O Decreto ainda forneceu os parâmetros para a organização das universidades. Para Niskier:

O ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto [...] regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos (NISKIER, 1996, p.250).

Paviani (1984), essa reforma proporcionou o início de uma reflexão teórica sobre a universidade, visto que definiu uma nova concepção de universidade, a qual teria como objetivo contribuir com a prática, a pesquisa e a integração do saber.

O Presidente Getúlio Vargas foi convidado a participar da 4ª Conferência convocada pela Associação Brasileira de Educadores (ABE) com o tema: *As Grandes Diretrizes da Educação Popular*. Atendendo às reivindicações de educadores, o presidente solicitou que organizassem um documento com as propostas para o ensino brasileiro. Um grupo de educadores elaborou o documento que continha "às diretrizes de uma verdadeira política nacional de educação e ensino, abrangendo todos os seus aspectos, modalidades e níveis" (LEMME, 1984, p. 265). O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*<sup>9</sup>. Tinha como proposta a criação de um sistema educativo que atenderia às novas diretrizes econômicas e sociais brasileiras, a chamada Escola Nova. Deste modo, a escola se adaptaria ao novo modelo econômico de produção capitalista e contribuiria para consolidar a democracia<sup>10</sup> no Brasil.

Foi apenas com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, que houve uma nova organização da universidade brasileira. Ela foi pensada por intelectuais paulistas, entre eles o governador Armando de Salles



Oliveira e o jornalista Júlio de Mesquita Filho, para que realmente houvesse uma integração entre os cursos. A USP foi a primeira a ser criada no Brasil com os objetivos de "[...] integrar todas as unidades universitárias, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e desenvolver todos os campos do saber, cultivados não apenas em função de formar profissionais liberais" (PAVIANI, 1984, p. 69). As primeiras faculdades agregadas à USP foram: Direito (passou de federal a estadual), Politécnica, Medicina, Agronomia Luiz de Queiroz, Farmácia e Odontologia, Instituto de Educação Caetano de Campos, Medicina Veterinária.

A Universidade de São Paulo foi também a primeira a conter as três funções da universidade moderna: "[...] ensino, pesquisa e extensão, além de se fazerem referências à utilização da tecnologia de comunicação para a difusão da cultura" (SOUZA, 1991, p. 17). Enfim, foi uma inovação, uma vez que buscou criar uma universidade em que houvesse a *integração do saber*, ou seja, uma instituição que possibilitasse a integração, sistematização e produção do saber. Apesar das alterações que sofreu no seu projeto inicial, a USP manteve-se como centro cultural e científico e influenciou muitas universidades brasileiras.

A criação da USP delimita o final desta pesquisa, pois se entende que o seu novo modelo aproxima-se da proposta de Carneiro Leão para este nível de ensino. Como o objeto deste estudo é as propostas de Leão para a universidade, na seqüência, serão abordadas sua vida e obra. Espera-se que, ao conhecer sua vida, possam ser entendidas, mais claramente, suas propostas para o ensino, enfatizando aquela relacionada ao ensino superior e universitário.

151

## Carneiro Leão, o ensino superior e as universidades

No século XIX, em diversas partes do mundo, iniciou-se uma grande discussão em relação à universidade, na qual uma nova cultura deveria ser criada e transmitida por seu intermédio. Dessas discussões, elaborou-se uma nova proposta de universidade "a universidade moderna, porque visava reelaborar o conhecimento humano e dar-lhe sentido nacional e não apenas transmitir o conhecimento universal existente" (TEIXEIRA, [1970], p. 3). O Brasil, que, no início do século XX, contava com diversas instituições de nível superior e nenhuma universidade, participou dessas discussões. Alguns políticos,



intelectuais e educadores, atentos aos movimentos mundiais, levantaram algumas questões sobre a organização da universidade no país. No entanto, já se debatia, amplamente, o ensino superior brasileiro por considerar-se que este já não atendia às novas necessidades que se colocavam na sociedade.

Carneiro Leão foi um dos educadores que, no início do século XX, criticou e propôs mudanças para o ensino superior, bem como levantou algumas questões sobre a organização da universidade brasileira que, no período, se restringia à Universidade do Rio de Janeiro. Pode-se observar esta discussão nos seus livros: *O Brasil e a Educação Popular* (1917), *Problemas de Educação* (1919) e *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras* (1923), bem como no seu discurso *Pela Educação Rural* (1918). Apesar de ter como foco central o ensino popular, levantou questões importantes sobre o ensino superior. Na seqüência, organizou-se a idéia do autor em relação a este tema, bem como à sua vida e obra.

Antonio de Arruda Carneiro Leão nasceu em dois de julho de 1887, na capital de Pernambuco, Recife, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1966. Seus pais, Antonio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão, eram de família tradicional e culta. Concluiu seus estudos primário e secundário em Recife e iniciou o curso de direito na Faculdade de Direito nessa mesma cidade. Em 1909, escreveu *A Educação*<sup>11</sup>, na qual sugeria a difusão do ensino pelo Estado, bem como apresentava idéias para a renovação escolar. Formou-se em Direito em 15 de dezembro de 1911. Após sua formatura, passou a exercer o magistério e o jornalismo. Entre os anos de 1915 a 1916 realizou conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo, assumindo que estava em campanha a favor da educação popular. Em meio à crise provocada pela Primeira Grande Guerra (1914-1918), acreditava que a educação, ligada ao civismo e ao trabalho, contribuiria para superar a crise e equiparar o país às nações mais desenvolvidas. Como resultado de suas conferências, lançou em 1916<sup>12</sup>, o livro *O Brasil e a Educação Popular*, nele discutia, amplamente, sobre a educação, defendendo a educação popular. Educação esta entendida como extensão do ensino a todo povo brasileiro em idade escolar. Entretanto deveria esta educação ser diferenciada da existente, integral e baseada no ensino prático e voltada para formar o trabalhador, contribuindo para preparar o homem para a nova sociedade que se formava ou que se pretendia formar.



A porcentagem de analfabetos no país era muito grande e Carneiro Leão (1917, p. 47) questionava este número: "[...] porque continuarmos a abandonar oitenta por cento do nosso povo ao analfabetismo e à incapacidade, enquanto perseverantes em preparar os restantes para a burocracia e o funcionalismo?" Enfatizava que ao lado desta maioria analfabeta colocava-se uma minoria culta e preparada para as funções de dirigir o país. Mas o autor defendia que, além da preocupação com a educação popular, dever-se-ia, para o ensino superior, fornecer outros cursos que não formassem apenas os bacharéis e doutores. Assim afirmava:

Se a limitada educação que possuímos, literária e teórica, só nos habilita para as carreiras públicas, só nos cria o gosto e o interesse pelas funções burocráticas! Vivemos para um mundo que já passou, quando havia o escravo da gleba, o homem que trabalhava o solo para os senhores continuarem uma vida de despreocupações e de letras (LEÃO, 1917, p. 23).

Para o autor, a educação, baseada na formação humanista, servia apenas para formar a elite política governante do país, ligada ao antigo regime, em que havia o senhor e o escravo. Entendia que o Brasil entrara em uma nova fase, republicana, e novas exigências sociais e econômicas se faziam. Acreditava na necessidade de uma nova educação, visto ser esta uma necessidade da nova sociedade que se organizava no país, uma sociedade industrializada e urbanizada, influenciada pelo desenvolvimento dos países industrializados.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, além de exercer a advocacia, trabalhava como jornalista no *Jornal do Brasil*. Permaneceu em campanha em favor da educação popular, realizando inúmeras viagens, do Amazonas ao Paraná, proferindo conferências e publicando artigos. Entre estas conferências destaca-se a realizada em 1918, na cidade de Curitiba, com o título de *Pela Educação Rural*, em que, além das questões gerais em relação à educação rural, tratou sobre as escolas superiores voltadas à agricultura. Assim declarou: "começamos a espalhar no país, ainda que palidamente, escolas superiores e médias de agronomia e agricultura, ao lado disso que criemos o gosto, o interesse, no seio do povo, por esse gênero de profissão e de vida" (LEÃO, 1918, p. 22). Afirmava que, no país, já estavam sendo organizados cursos de ensino superior ligados à agricultura, porém levantava a importância de despertar no povo a preocupação com a agricultura, que



deveria acompanhar as novas conquistas das ciências, bem como a necessidade de preparar o trabalhador antes do técnico. Assim, defendia sua idéia: "[...] não pensemos muito na cúpula do edifício antes de construir-lhe as bases, não nos afadiguemos, em demasia, no preparo de técnicos superiores antes de formarmos o trabalhador" (LEÃO, 1918, p. 19-20).

Ainda em 1918<sup>13</sup>, publicou o livro *Problemas de Educação*, composto por um conjunto de idéias que foram apresentadas e discutidas durante quatro anos no *Jornal do Comércio* e em *O País*, no qual reelaborou questões referentes à educação popular. Enfatizou a obrigatoriedade escolar, a extinção do analfabetismo e a necessidade de discussão de um novo sistema educacional que contribuísse com a educação para o trabalho. No livro, abordou uma ampla proposta educacional para todo o país, que destacava a organização da educação popular. Defendia a educação prática para que os brasileiros tivessem mais preparo para o trabalho e, conseqüentemente, contribuíssem para o desenvolvimento do país. Desta forma, "[...] a educação prática substituindo a inércia pela atividade, o ócio pelo trabalho, os centros de consumo por fontes de produção, transformarão a riqueza, solidificarão a economia e fixarão a grandeza do país" (LEÃO, 1919, p. 39). Demonstrava, assim, a forte ligação que deveria existir entre a educação e o desenvolvimento econômico do Brasil.

Carneiro Leão criticava o Governo Federal por responsabilizar-se apenas pelo ensino secundário e superior, favorecendo a minoria *privilegiada* e negligenciando a educação para a *população pobre*, o que gerava o aumento do contraste no país: "[...] minoria cultíssima e refinada, e uma maioria bronca e incapaz" (LEÃO, 1919, p. 50). No entanto, isto não significa que ele fosse contrário ao apoio do governo para o ensino superior, queria apenas que se ampliasse a sua responsabilidade por meio da organização do ensino em todos os níveis, em especial o primário. Considerava fundamental a interferência do Governo Federal na educação popular para atender a população em idade escolar. Se necessário, poderia até se elaborada uma reforma constitucional, entretanto não julgava necessário visto constar este dever na Constituição do país, no art. 35, parágrafo 2º, "[...] cumpre à União animar o desenvolvimento, no país, das letras, artes, ciências e indústrias" (LEÃO, 1919, p. 55).

Ele acreditava que o professor poderia contribuir para organizar esta nova educação, para tanto seria preciso uma formação diferenciada. Sugeriu a criação de "[...] uma Escola Normal Superior, onde se aperfeiçoem as

verdadeiras capacidades de mestres, para a criação de um corpo de educadores competentes; inspetores e professores para as escolas normais secundárias e primárias" (LEÃO, 1919, p. 101). A Escola Normal Superior formaria os professores para organizar e aplicar a nova proposta de educação em todos os níveis de ensino.

Em 1922, Carneiro Leão escreveu o livro *Os deveres das Novas Gerações Brasileiras*, que foi publicado apenas em 1923<sup>14</sup>. Nele mostrava-se atento aos problemas sociais, políticos e econômicos que o país e o mundo enfrentavam e acreditava que a educação poderia ajudar.

Quer na aquisição das nações gerais elementares, pelo ensino primário; quer na formação do espírito, pelo secundário; quer na especialização e na alta cultura, pelo superior, a educação tem uma finalidade determinada, que hoje deve ser a mais identificada possível com as exigências e os fins da vida contemporânea (LEÃO, 1923, p. 65).

Demonstrou sua preocupação com todos os níveis de ensino, do primário ao superior<sup>15</sup>. Para ele, o ensino deveria deixar de ser elitizado, bem como ter o compromisso de estender-se "[...] até a gente pobre, aos operários, o ensino elementar, a instrução profissional e, em seguida, a secundária e superior" (LEÃO, 1923, p. 66). Sugeria o ensino para as classes populares como forma de apaziguar os ânimos, a exemplo do ensino europeu que "[...] em toda a parte procura-se elevar a educação integral, a cultura e a consciência do proletariado, para que a revolução social, em marcha franca, não degenera em selvageria" (LEÃO, 1923, p. 66).

Entretanto, a educação para o povo não poderia ser a mesma adotada até o momento e destinada à elite, por isso advertia: "hoje uma educação com as características de outrora, cavará uma revolução, no momento que a compreensão da vida se modificou profundamente pela consciência adquirida pela classe operária" (LEÃO, 1923, p. 65). Leão mostrava-se atento a todos os acontecimentos mundiais relacionados à classe trabalhadora e que, no Brasil, apenas estava se iniciando, como, por exemplo, a organização dos sindicatos<sup>16</sup>.

Segundo Leão, o grande número de cursos superiores existentes no país, se comparados ao número de escolas nos demais níveis, contribuía para manter a tradição do período monárquico, quando havia uma minoria muito culta e uma grande maioria de analfabetos. Criticava o Conselho Superior do Ensino por não impor uma nova postura para o ensino superior. Assim referia-se a esta organização:



O nosso Conselho Superior de Ensino é uma instituição sui generis tendo de efetivo apenas o presidente, porque os outros membros são os representantes das Escolas Superiores, ou secundárias, oficiais, interessados diretamente nos estabelecimentos que representam, ele se reúne duas vezes ao ano, para examinar relatórios de fiscais e fiscalizar os acontecimentos durante o semestre anterior, ocorridos nos ginásios e academias do país. E [...] nada mais (LEÃO, 1923, p. 56).

Entendia que o Conselho defendia interesses próprios e muito pouco fazia pelo ensino superior, contribuía, apenas, na fiscalização e validação de diplomas, todavia não buscava desenvolver o ensino superior, era "[...] um conselho de Ensino anacrônico e contrário ao seu progresso material, moral e social" (LEÃO, 1923, p. 57). Afirmava que, em diversas partes do mundo, a universidade estava em crise, mas que os países mais desenvolvidos estavam buscando soluções. Recomendava: "[...] estudar e conhecer os trabalhos dos povos cultos para remodelação da sociedade, na remodelação de diretrizes e de métodos do ensino superior" (LEÃO, 1923, p. 433), a fim de se obter subsídios para reorganizar a sociedade brasileira e criar seu próprio modelo universitário. Acreditava que, conhecendo a organização das universidades em outros países, poder-se-ia aproveitar o que de bom estas instituições oferecessem e criar um novo modelo universitário para o país.

Leão criticou a organização do ensino superior como o modelo universitário adotado, representado pela Universidade do Rio de Janeiro, a única universidade oficial do país. Referiu-se à sua criação:

Nenhuma pequenina modificação no ensino do direito, nenhuma melhoria no aparelhando da profissão médica, nenhuma renovação na concepção da cultura politécnica. Novo é apenas o corpo administrativo que se sobrepôs a todas as escolas, vinculando-as, burocraticamente, para a designação de Universidade (LEÃO, 1923, p. 437).

A Universidade do Rio de Janeiro caracterizava-se pela reunião de cursos isolados e não ligados por mecanismos administrativos e acadêmicos. Para o autor, esta Universidade não fizera avançar o ensino superior existente, pois manteve os tradicionais cursos de Medicina, Direito e a Escola Politécnica e nenhuma nova orientação foi adotada.

Criticava a valorização excessiva do diploma: "[...] a finalidade do nosso ensino, ao invés de se obter a cultura, a aquisição do conhecimento é



o diploma, o título, o direito e o mandarinato" (LEÃO, 1923, p. 430-431). Na maioria das vezes, o ensino superior apenas garantia diplomas que habilitavam para cargos públicos. Contudo, a principal crítica de Leão ao ensino superior referia-se ao conteúdo e metodologia adotados. Ele afirmava que "os nossos estabelecimentos de ensino superior permanecem completamente à parte no meio em que vivem, inteiramente alheios das ocorrências científicas, discussões e aspirações sociais" (LEÃO, 1923, p. 445). Este nível de ensino não estava atendendo às necessidades da nova sociedade que se colocava no Brasil e da qual a ciência deveria ter papel de destaque.

Enfim, Carneiro Leão fez diversas críticas ao ensino superior e ao modelo universitário que se iniciava no país. Apesar de criticar a universidade, era favorável à sua organização, desde que esta adotasse um novo modelo, adaptado às necessidades do país, valendo-se de novos conteúdos e métodos. O ensino universitário deveria encontrar um parâmetro nem totalmente humanista e livresco, nem totalmente utilitário e profissionalizante. Para Leão (1923, p. 444), "[...] a universidade moderna não se pode limitar ao ensino do Direito, da Medicina e da Engenharia, ela deve-se amoldar às idéias gerais e diretrizes da nossa época, de modo a ser realmente útil à sociedade, onde vive." Ele propunha um novo modelo universitário, que atendesse às necessidades sociais e científicas que eram exigidas pela sociedade contemporânea. Este ensino deveria basear-se nas ciências, mas aliando o estudo teórico ao prático, ou seja, "[...] não se pode deixar de aliar o estudo teórico da ciência com a sua aplicação, constituindo gabinete, laboratório, instituindo métodos novos, atendendo à renovação pedagógica, científica e social que agita o mundo" (LEÃO, 1923, p. 156). Propõe um ensino com bases positivas.

A civilização força a humanidade a uma cultura de características utilitárias. Não estará aí, certamente, a condenação de uma cultura de características utilitárias. Não estará ali, certamente, a condenação de uma cultura clássica e artística, mas a necessidade do desenvolvimento dia a dia maior de uma instrução em bases positivas (LEÃO, 1923, p. 159).

Carneiro Leão levantou a importância da educação com bases positivas, referindo-se à importância de embasar o ensino nas diversas ciências que estavam se desenvolvendo no período e carregado de conteúdos prático-científicos. Para atender ao novo mercado de trabalho, dever-se-ia diversificar os cursos superiores, bem como ampliar o número de vagas, garantindo,



desta forma, profissionais que colaborariam com o desenvolvimento do país. Demonstrou, ainda, sua preocupação com a universidade voltada à pesquisa: "[...] devemos criar e desenvolver os institutos de pesquisa científica, os laboratórios, capazes de valorizarem a cultura superior brasileira" (LEÃO, 1923, p. 433). As universidades deveriam ter o papel de imprimir um novo espírito, visto que, "a remodelação da nova instrução superior, não é uma simples questão de rótulos, de códigos de ensino, ou de modificação de programa, mas do próprio espírito da cultura a ministrar" (LEÃO, 1923, p. 445-446). Uma nova cultura deveria ser transmitida, cultura que formaria um novo espírito para o homem e a sociedade brasileira.

O livro *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras*, foi escrito por Leão antes dele assumir o cargo de diretor-geral da Instrução Pública – exercido entre novembro de 1922 a novembro de 1926 – no Governo de Artur Bernardes. Já no cargo, buscou transformar a educação do Distrito Federal em modelo para o país, imprimindo-lhe uma diretriz científica e procurou dar melhor preparação para o professor. Para isso, organizou, pioneiramente, cursos de aperfeiçoamento para o magistério e atividade docente ligada à realidade; utilizou laboratórios e oficinas; preocupou-se com a higiene, a assistência social, a saúde e a educação física. Em 1924, solicitou a Heitor Lyra que o ajudasse no projeto de reforma do ensino técnico e, dois anos após, com a renovação dos programas primários. Ainda no ano de 1924, ao lado de Heitor Lyra e de outros educadores, fundou a Associação Brasileira de Educação (ABE), permanecendo como presidente de 1924 a 1925.

Em 1928, a convite do então governador Estácio Coimbra, elaborou a reforma de ensino do Estado de Pernambuco, oficializada pelo Ato nº 1.237 de 27 de dezembro de 1928. Nesse projeto, entre as muitas inovações, ficou evidente a organização do sistema educacional com prioridade para o que se entendia como qualidade e eficácia: introdução de métodos ativos; cientificação no ensino; modernização da atividade escolar; grande preocupação com a higiene, tanto dos estudantes quanto dos prédios; cuidados com saúde e educação física; ensino de sociologia no curso normal; nomeação de diretores e professores; obrigatoriedade da freqüência; adoção de livros e medidas coercitivas para o sistema escolar, inclusive para os estabelecimentos particulares, os quais foram equiparados ao sistema estadual (NAGLE, 1976).



Engajado na política do país, em 1929, Leão assumiu o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado de Pernambuco, voltando-se, principalmente, às questões educacionais. Em 1930, perdeu o cargo quando os militares assumiram o poder e derrubaram, além do presidente Washington Luís, o governador pernambucano Estácio Coimbra. Com isto, sua reforma, como a maioria das outras, não teve grande durabilidade. Ele voltou ao Rio de Janeiro, dedicando-se, novamente, à sua carreira de advogado e jornalista. Continuou a dedicar-se à causa educacional, desenvolvendo diversas atividades e ocupando diferentes cargos. Foi professor de várias disciplinas, desde Filosofia, em Recife, à Educação Comparada, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Guanabara. Foi membro do Instituto Arqueográfico e Geográfico Pernambucano, diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e diretor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1931 a 1933.

Em 1945, foi convidado a fazer parte da Academia Brasileira de Letras. Foi criador e diretor do Centro de Pesquisas Pedagógicas da Faculdade Nacional de Filosofia e membro do Instituto Histórico e Geográfico da cidade do Rio de Janeiro, assim como de outras instituições e institutos. Participou, ainda, de atividades no exterior, como, por exemplo, membro do Instituto de França, da Academia Francesa de Letras, ocupando a cadeira que pertenceu a John Dewey. Realizou conferências em diversas universidades pelo mundo, desde o Uruguai até a França. Produziu uma bibliografia<sup>17</sup> muito ampla: livros, análises literárias, biografias, artigos para revistas e discursos publicados em diversas áreas. Pode-se dizer que dedicou sua vida à causa educacional e defendeu idéias que demonstram que acreditava que o caminho para a reorganização da sociedade estava ligado à reorganização do ensino, desde o ensino primário até a universidade. Acredita-se que a proposta de Leão comprometia-se com a organização de um amplo Sistema Nacional de Ensino.

159

## Considerações finais

A discussão de Carneiro Leão em relação ao ensino superior demonstra que ele estava em sintonia com os acontecimentos históricos de seu tempo, principalmente a defesa da modernização da sociedade. Ao defender a reorganização do ensino nos seus diversos níveis, apesar de não utilizar o termo Sistema Nacional de Ensino, evidencia que sua proposta está ligada diretamente a esta organização.



Com relação ao ensino superior brasileiro e às universidades, criticou o modelo adotado pelo país e defendeu um modelo, diferente do existente nas escolas superiores isoladas. Propõe a organização de um novo modelo universitário para o Brasil, baseada nas ciências, com novos conteúdos e métodos de modo a possibilitar o ensino das ciências e suas aplicações, com um conteúdo voltado para aplicação prática. Assim, formaria profissionais para desempenhar diversos papéis na sociedade e contribuir com o seu desenvolvimento industrial, preparando o país para o novo modelo econômico e social que se implantava. Entendia que a sociedade necessitava de uma nova formação, por isso defendia uma universidade mais moderna, que acompanhasse as transformações no mundo.

Levantou, ainda, a necessidade da criação e desenvolvimento de institutos de pesquisa, abordando, embora timidamente, a necessidade de introduzir a pesquisa. Acreditava que as universidades poderiam contribuir para criar um espírito de cultura moderna no país. Em sua discussão, destacava a importância de universidades que se diferenciavam do modelo adotado na Universidade do Rio de Janeiro. Pelas colocações que fez sobre o modelo universitário almejado, acredita-se que a Universidade de São Paulo, se não foi o modelo por ele pretendido, pelo menos se aproximou muito, tanto pela sua forma de organização quanto pelo conteúdo adotado.

É importante destacar que, atrás de sua ampla discussão pelo ensino como forma de contribuir para que o país se desenvolvesse e se equiparasse às civilizações mais desenvolvidas, há outra importante questão: a preocupação em descentrar a educação dos diversos segmentos da burguesia. Ao afirmar que "[...] é necessário levar até a gente pobre, aos operários, o ensino elementar, a instrução profissional e, em seguida, a secundária e superior" (LEÃO, 1923, p. 66), defendia a tese de que a educação iria contribuir para que a classe operária adquirisse melhores condições de viver na sociedade organizada pela burguesia, diminuindo suas contradições e harmonizando esta nova sociedade que se formava na primeira metade do século XX, a sociedade capitalista.

Hoje, no início do século XXI, diversos autores se referem à crise universitária. De um lado, verifica-se o aumento no número de universidades em todo o país, principalmente particulares. Qual será o motivo? E, por outro, há uma grande discussão quanto à qualidade destas. O que seria uma universidade com qualidade?



Para Trindade (1999), a crise da universidade refere-se a seu distanciamento com a pesquisa ao voltar-se à tradicional função de formar profissionais para o mercado de trabalho. Esta mudança de foco amplia o problema na medida em que a universidade vai deixando de ser uma instituição social para buscar atender a interesses privados.

Acredita-se que este debate em torno do modelo adotado pelas primeiras universidades brasileiras pode contribuir para a compreensão do papel que desempenham hoje, no início do século XXI. Todavia este trabalho não propôs desvendar as dificuldades enfrentadas pelas universidades na atualidade, apenas quer demonstrar que o conhecimento de um determinado período pode contribuir para que se entenda o momento atual. E cabe às pessoas direta e indiretamente envolvidas em seu processo reabrirem o debate sobre os problemas enfrentados pela universidade na atualidade.

## Notas

<sup>1</sup>Ensino superior pode ser aplicado em faculdade isolada ou cursos instalados em diversos locais, como um hospital ou empresa. Ensino universitário é o ensino superior ministrado em uma universidade, a qual serve para a prática e a pesquisa do saber (SOUZA, 1991).

<sup>2</sup>"Se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque por um lado, o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas de industriais; e, por outro lado, porque a partilha do mundo é transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por qualquer potência capitalista, para a política colonial da posse monopolizada de territórios de um globo inteiramente partilhado" (LÊNIN, 1987, p.87-88).

<sup>3</sup>Hobsbawm (2001, p. 456) explica sobre como foi este processo: "Na Europa, a guerra gerou não só a ruína ou a crise de todos os Estados e regimes do leste do Reno e na borda ocidental dos Alpes, mas também ao primeiro regime que empreendeu, deliberada e sistematicamente, a transformação dessa ruína na derrubada geral do capitalismo, na destruição da burguesia e na construção de uma sociedade socialista: o regime bolchevique, que chegou ao poder a Rússia com o desmoronamento do czarismo".

<sup>4</sup>De acordo com Carone (1977), apesar do crescimento das indústrias brasileiras, estas foram atingidas por intensas crises, principalmente as indústrias têxteis. Em meio a dificuldades e sentindo-se ameaçados, os operários, que já possuíam alguns sindicatos, organizaram diversos movimentos grevistas entre os anos de 1917 e 1918. A criação, em 1918, do Departamento Nacional do Trabalho marcou o início das discussões trabalhistas entre governo, industriais e operários no Brasil.

<sup>5</sup>Seguiram-se as reformas: Sampaio Dória, em São Paulo, em 1920; Lourenço Filho, no Ceará, 1922-1923; Francisco Campos, Minas Gerais, 1927-1928; Fernando de Azevedo, no antigo Distrito Federal, 1927-1930; Anísio Teixeira, na Bahia, 1924 e no Distrito Federal, 1932-1935; Lisímaco Costa, no Paraná, 1927-1928, e Carneiro Leão em Pernambuco, 1928-1930 (NISKIER, 1996).

<sup>6</sup>"O conselho Superior de Ensino, criado pela Lei Orgânica, seria presidido por pessoa de livre nomeação pelo governo e composto do diretor e de um docente de cada uma das faculdades federais e do colégio Pedro II. A função desse Conselho seria a de substituir a função fiscal do Estado, dirigindo o ensino superior até sua completa independência do governo federal" (CUNHA, 1980, p. 163).



<sup>7</sup>Em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro através do Decreto n.º 14.347, datado de 7 de setembro. Considerada por alguns como a primeira universidade do Brasil. Para outros o Decreto acima citado, não passava de um ato inconseqüente tendo em vista o objetivo que deu origem à sua criação [...] para comemorações da independência, chegaria ao Brasil o Rei Alberto I da Bélgica. Do programa aceito pelos dois países constava à homenagem ao visitante da entrega do título do doctor Honoris Causa a ser outorgado pela universidade do Brasil. Acontece que esta não existia e o governo brasileiro tinha duas alternativas: uma seria modificar o programa e a outra era a criação da universidade pela qual optou por ser muito mais fácil" (WANDERLEY, 1982, p.20).

<sup>8</sup>Lemme (1984, p. 263) recordou que "vitoriosa a Revolução de 1930, em 24 de outubro deste ano, com o fato inédito da deposição do presidente da República, encerra-se o ciclo da Primeira República ou República Velha e a vigência da 1ª Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, com a posse de 3 de novembro, ainda em 1930, de Getúlio Vargas, como chefe de um Governo Revolucionário Provisório, inicia-se a Segunda República ou República Nova".

<sup>9</sup>Getúlio Vargas, em seu discurso, convocou os educadores para: "[...] encontrarem a fórmula feliz que definisse o sentido pedagógico da Revolução de 1930, que o governo se comprometia a adotar na obra em que estava empenhado de reconstrução do país" (LEMME, 1984, p. 264). Atendendo ao pedido, foi elaborado o documento destinado ao povo e ao governo o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Este documento marcou profundamente o ensino brasileiro, pois, foi uma tentativa de organizar o pensamento educacional de um período, bem como de organizar em nível nacional o ensino brasileiro, ou seja, um sistema nacional de ensino.

<sup>10</sup>Pode-se compreender melhor o que pensavam alguns educadores do período sobre a relação escola-democracia pelas palavras de Anísio Teixeira ([1970], p. 42) no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: "toda a profunda renovação dos princípios que orientam a marcha dos povos precisa acompanhar-se de fundas transformações no regime educacional: as únicas revoluções fecundas são as que se fazem ou se consolidam pela educação, e é só pela educação que a doutrina democrática, utilizada como um princípio de desagregação moral e de indisciplina, poderá transformar-se numa fonte de esforço moral, de energia criadora, de solidariedade social e de espírito de cooperação".

<sup>11</sup>O livro originou-se de sua conferência pronunciada no I Congresso de Estudantes, em São Paulo, como vice-presidente da delegação acadêmica da Faculdade de Direito do Recife.

<sup>12</sup>Utilizou-se a edição de 1917.

<sup>13</sup>Utilizou-se a edição de 1919.

<sup>14</sup>Nas primeiras duas páginas do livro, com o título de Advertências, Leão explica que o livro já estava praticamente pronto em novembro de 1922 quando ele foi convidado a assumir a direção da Instrução Pública, o que atrapalhou a publicação do seu livro. É interessante observar que esta advertência foi assinada por Leão em fevereiro de 1924, enquanto que a impressão do livro data de 14 de junho de 1923. Assim, acredita-se que se realizou a impressão do livro em 1923, mas esperou-se a leitura e aprovação deste que apenas realizou-se em 1924, conseqüentemente a data da impressão não é a mesma que a do lançamento do livro.

<sup>15</sup>Neste livro, tratou sobre o ensino superior e as universidades no cap. I - "No Brasil", com o tema "O Conselho Superior do Ensino Brasileiro"; no capítulo II, "Crítica e sugestões", com o tema "A Propósito da Universidade Brasileira" e no capítulo IV - "O que nos convém fazer", com o tema "O Ensino Superior Moderno".

<sup>16</sup>De acordo com Calmon (1963, p. 2217-2218, t.6), "enxertara-se, em 1903, por iniciativa do Deputado Inácio Tosta, na mansa legislação protetora do trabalho, como uma forma de coordenação, cujo sentido liberal (associacionismo espontâneo) o decreto de 5 de janeiro de 1907 fixara. Apareceram em ambos diplomas (1903 e 1907, no governo Pena) os sindicatos, para estudo, defesa, desenvolvimento". O sindicato operário brasileiro criou-se através outras vias e não pelos próprios operários, e não tinha o caráter revolucionário dos sindicatos europeus.



<sup>17</sup>Destacam-se as obras que se referem à questão educacional: Educação; O Brasil e a Educação Popular; Pela Educação Rural, conferência proferida em Curitiba; Problemas de Educação; Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras; O Ensino na Capital do Brasil, no Jornal do Comércio; Organização da Educação em Pernambuco, justificação, lei orgânica, explicações e comentários; A Reforma da Educação em Pernambuco, conferência na ABE; Introdução à Administração Escolar; A Educação nos Estados Unidos; Ideais e Preocupações de uma época, no Jornal do Comércio; Planejar e Agir; A Educação para o Após Guerra, Jornal do Comércio; A Educação para o Mundo Democrático; As Faculdades de Filosofia e a Cultura Brasileira; A Área Cultural e a Tendência Presente para o Internacionalismo; Adolescência seus Problemas e sua Educação; Panorama Sociológico do Brasil. Vários trabalhos seus foram traduzidos para o espanhol, o francês e o inglês. Seguem outras obras suas: Meus Heróis; Panorama Sociológico do Brasil; São Paulo em 1920; Palavras de Fé; A Margem da História da República; Ensaio das Línguas Vivas; Tendências e Diretrizes da Escola Secundária; A Sociedade Rural; Fundamentos de Sociologia; Pensamento e Ação; Discursos na Academia Brasileira de Letras; O Sentido da Evolução Cultural do Brasil; Visão Panorâmica dos Estados Unidos; Nabuco e Junqueira; Poesia; O Culto da Ação de Verhaerem; Victor Hugo no Brasil; Clóvis Beviláqua, homem de letras, o filósofo, o sociólogo, o jurista.

## Referências

- ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antonio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, Maria Lourdes Albuquerque e outros (Orgs.) **Dicionário de educadores no Brasil** - da colônia aos dias atuais. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002. p.114-122.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao ensino da cultura no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UNP/UFRJ, 1996.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: José Olympio, 1963 (v.6 e 7)
- CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro-São Paulo: DIFEL, 1977.
- CUNHA, Luis Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1980.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LEÃO, Antonio Carneiro. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro, Typ. Jornal de Commercio, 1917.
- \_\_\_\_\_. **Pela educação rural**. Curitiba, 1918 (microfilme).
- \_\_\_\_\_. **Problemas de educação**. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1919.
- \_\_\_\_\_. **Os deveres das novas gerações brasileiras**. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional de propaganda dos países americanos, 1923.



LEMME, Paschoal. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira (1933)** In: LEMME, Paschoal. *Memórias*. Brasília: INEP, 1984 (v. 4).

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 1ª Reimp. São Paulo: E.P.U., 1976.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira-500 anos de história 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

PAVIANI, Jayme. **A universidade em debate**. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1984.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

TRINDADE, Hégio. **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Rio de Janeiro: Vozes; Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. **A falta da universidade moderna para a formação da cultura nacional**. [1970]. Disponível em: <<http://prossiga.br/anisio Teixeira/indexa.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2003.

WANDERLEY, Terezinha Dantas. **Estudos sobre universidade: suas origens e conceitos; forma como se institucionalizou a universidade brasileira**. 1982. 152 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, São Paulo, 198

---

Josie Agatha Parrilha da Silva

Mestre em Educação pela UEM

End. Rua Marechal Deodoro, 478, ap. 201, zona 7, Maringá - PR,  
87030-020. E-mail: josieaps@irapida.com.br

Maria Cristina Gomes Machado

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM

End. Rua São João, 117, ap. 902, zona 7, Maringá- PR,  
87030-200. E-mail: mccrisclau@bol.com.br

---

Recebido 23 set. 2004

Aceito 04 out. 2004